



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Requerimento nº 0625 /18

Despacho: ~~03 MAIO 2018~~ DEFERIDO

Araraquara, 03 MAIO 2018

Presidente

Considerando o recente debate sobre o endividamento da Prefeitura Municipal de Araraquara que, em 31/12/2016 era de aproximadamente R\$ 80 milhões, sem considerar a disponibilidade de caixa, e hoje passado um ano e quatro meses, o governo atual divulgou ser maior do que se registrou no Governo de Transição e, inclusive, em Audiência Pública de fev/2017.

Considerando que, constatado o mencionado anteriormente, o poder executivo atual demonstra total descontrole das contas públicas, com ameaça do não pagamento do valor integral da folha de pagamento dos funcionários públicos de 04/2018.

Considerando que o poder executivo atual assumiu uma dívida, até então inexistente junto ao INSS e continua recolhendo valores patronais de forma indevida, sobre verbas sem tributação, mesmo constando em lei federal.

Considerando o aumento exagerado e descontrolado das horas extras dos funcionários municipais, elevando a folha de pagamento de aproximadamente R\$ 12 milhões líquidos ao mês para R\$ 15 milhões, o que elevou o gasto com pessoal total em 2017 em mais de R\$ 40 milhões de reais, enquanto a promessa de campanha seria de “economia de R\$ 6 milhões ao ano”.

Considerando o gasto realizado pelo poder executivo com propagandas, em potentes veículos de comunicações, em horários considerados “nobres”.

Considerando os gastos da FACIRA sem previsão orçamentária, reforma de gramado do estádio Arena da Fonte, entre outros.

Continuação do Requerimento _____/18.

17:45 03/05/2018 006464 PROTOCOLO-CMPPM MUNICIPAL ARARAQUARA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Requerimento nº 0 625 /18

Considerando que o poder executivo esta praticando uma gestão fiscal temerária com o aumento abusivo e aleatório do IPTU, que trouxe um grande descontrole no fluxo de caixa no inicio do ano de 2018, além da perda da função social que o IPTU de Araraquara sempre resguardou com aqueles mais necessitados.

Considerando que em janeiro de 2017 foi aprovada uma reforma administrativa que aumentou sucessivamente os gastos com funcionários de confiança política.

Considerando que mesmo o poder executivo vinculou matérias de dificuldades financeiras, mas mesmo assim aprovou uma lei que deu direito de vale alimentação aos funcionários comissionados, de confiança política.

Requeremos a Mesa, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão Especial de Inquérito, composta por 05 (cinco) vereadores (as), destinada a apurar os consistentes indícios de má gestão das contas publicas, no período de 01/01/2017 a 04/2018, na forma da fundamentação acima, com a finalidade contribuir para o esclarecimento, transparência e fiscalização do poder executivo municipal.

Requeiro ainda que uma vez recebido o presente, se digne o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de Ato, designar os membros da Comissão Especial de Inquérito (at 95 § 2º, da Resolução nº 399/2012, concedendo-lhes prazo inicial de 90 (noventa) dias, para promoverem a apuração dos fatos.

Requeremos finalmente que os membros designados sejam escolhidos, respeitando-se a proporcionalidade e representatividade partidária nesta Casa de Leis.

Araraquara, 28 de abril de 2018.

Elias Chediek
Vereador MDB

Gerson da Farmácia
Vereador MDB

Continuação do Requerimento _____ /18.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Requerimento nº 0625 /18

Tenente Santana
Vereador MDB

Cabo Magal Verri
Vereador MDB

José Carlos Porsani
Vereador PSDB

Rafael de Angeli
Vereador PSDB

Elton Negrini
Vereador PSDB

Jeferson Yashuda
Vereador PSDB

Ze Luiz
Vereador PPS

Edson Hell
Vereador PPS

Lucas Grecco
Vereador (PSB)

Pastor Raimundo Bezerra
Vereador (PRB)